



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LICENÇA AMBIENTAL

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO nº 041/2017

A SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, criada pela Lei Municipal nº 003 de 1993, no exercício das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.241/11 de 27/09/11, bem como de acordo com a Lei nº 6.938/81, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90, Resolução CONAMA nº 237, de 19/12/1997, e Resoluções CONSEMA nº 288/2014 e 291/2015, combinada com a Resolução CMMA nº 001/10 de 28/12/2010, **EXPEDE A PRESENTE LICENÇA DE OPERAÇÃO**, que autoriza o:

Processo Administrativo n.º 0001016/2017
Protocolo n.º 019/17 de 13/02/2017

Autorizado: **MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA**
CNPJ 94.704.061/0001-83
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS SERVIÇOS URBANOS E TRÂNSITO

Endereço: Av. Jacob Wagner Sobrinho n.º 40
Cidade de Nova Boa Vista – RS

VISTO: Laudo Técnico e Planta Baixa, de responsabilidade técnica do Eng.º Civil CESAR DOBLER FINK CREA-RS 123.162. Vistoria Pública do Departamento Ambiental e Parecer técnico da empresa JR AMBIENTAL LTDA CREA-RS 155.125, ART n.º 8915372 do CREA-RS (Contrato Administrativo), datado de 20/03/2017, manifestando-se favorável conforme objeto condições e restrições.

OBJETO: No imóvel rural de propriedade do Sr. DÉLCIO STEFFEN CPF 736.260.070-49, localizada na Linha Lajeado Boa Vista, matriculado no CRI de Sarandi sob nº 16.729 com 13,29ha, interior do município de Nova Boa Vista/RS. **Promover a OPERAÇÃO** relativa a atividade de:

1. **Mineração - Lavra de Saibro a Céu Aberto – sem britagem – Fora de Recursos Hídricos e sem Recuperação Vegetacional Natural da Praça de Extração**, área de **0,40ha**, formada pelo polígono:

Vértices	Coordenadas Geográficas	
	Latitude	Longitude
01	27°59'19,4"S	53°01'07,2"W
02	27°59'20,3"S	53°01'05,4"W
03	27°59'21,1"S	53°01'05,6"W
04	27°59'20,4"S	53°01'07,2"W



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES:

1. Quanto ao empreendimento:

- 1.1. Esta **LO não habilita** manejo florestal de espécies nativas, se necessário este dever ser autorizado em ato próprio expedido por autoridade competente;
- 1.2. Durante a fase de lavra, os taludes deverão ser mantidos com altura máxima de 5,0m (cinco) metros, com variação de até 20% (vinte por cento), inclinação entre 30° e 60° com a horizontal e bancadas com largura de no mínimo de 4,0m (quatro metros).
- 1.3. Na configuração final os taludes deverão apresentar altura máxima de 5,0 (cinco) metros, inclinação máxima de 45° com a horizontal e bancadas com largura mínima de 04 (quatro) metros de largura.
- 1.4. A drenagem de toda a área de extração deverá ser disciplinada de forma que as águas superficiais sejam direcionadas para bacias de contenção de sedimentos, a serem construídas em locais topograficamente favoráveis, e deverão ser desobstruídas periodicamente.
- 1.5. Manter o Plano de controle Ambiental aprovado no local da atividade, e atentar de que, a suspensão temporária da atividade mineraria não implica na paralisação da implantação das medidas de controle ambiental previstas na presente licença.

2. Quanto às Questões Biológicas:

- 2.1. Deverá ser observada a legislação referente às APP(s) – Áreas de Preservação Permanentes, nos termos do Art. 61-A da Lei Federal nº 12.651, de 25/05/2012;
- 2.2. Não depositar rejeitos nas encostas, sobre a vegetação nativa ou nas margens dos cursos de água, mantendo-se um afastamento mínimo de 30 m (trinta metros) desses a título de Área de Preservação Permanente (A.P.P.);
- 2.3. O avanço da lavra deverá ocorrer em áreas desprovidas de vegetação nativa de porte arbóreo, limitando-se a áreas coberta por vegetação rasteira (gramíneas e herbáceas).

3. Quanto às Emissões Atmosféricas:

- 3.1. Os equipamentos de controle de emissões atmosféricas, deverão ser operados adequadamente para garantir sua eficiência de maneira a evitar danos ao meio ambiente e incômodo à população;
- 3.2. O Empreendimento e Atividade deverão operar e ser mantidas em pleno funcionamento, o sistema de aspersão de água nas vias públicas adjacentes a usina de beneficiamento a fim de não causarem impactos e incômodos na população vizinha em função do da poeira gerada pelo trânsito de caminhões nas estradas (aspersão por caminhão – tanque);
- 3.3. Controlar para que as caçambas dos caminhões de transporte estejam obrigatoriamente cobertas com lonas ao trafegarem em vias públicas, evitando assim queda do material transportado e acidentes com a população em geral.



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

4. Quanto ao uso de explosivos, se necessário:

- 4.1. O desmonte da rocha deverá considerar o plano de fogo e a ART a ele vinculada, devendo ser respeitados todos os processos de monitoramento a ele inerentes;
- 4.2. Deverão ser observadas as normas técnicas da ABNT – NBR 9653/2005, para o desmonte com uso de explosivos, respectivamente;
- 4.3. A área deverá ser sinalizada com placas informando sobre as detonações e seus horários;

5. Quanto aos Resíduos Sólidos:

- 5.1. Os Resíduos Sólidos gerados no empreendimento deverão ser, segregar, identificar, classificar e acondicionar os resíduos sólidos gerados (sucatas, galões de óleos, etc) para a armazenagem provisória na empresa, observando as NBR 12.235 e NBR 11.174, da ABNT, em conformidade com os tipos de resíduo, até posterior destinação final dos mesmos.
- 5.2. Fica proibida a queima, de resíduos sólidos de qualquer natureza, conforme Portaria nº 02/84 - SSMA de 03/07/1984, ressalvas as situações de emergência sanitária, reconhecidas previamente pelo órgão ambiental competente.

6. Quanto ao Uso do Solo:

- 6.1. Promover a separação e o depósito do solo vegetal em local adequado para utilização na remediação da área degradada.
- 6.2. A disposição de estéreis e rejeitos deverá ser mantida na área delimitada para tal, sendo realizado controle efetivo para que sejam evitados processos de erosão ou deslizamentos. Este material deverá ser utilizado na reconfiguração topográfica da área degradada.
- 6.3. A recuperação da área deverá iniciar com a efetiva recomposição do solo fértil, devendo se necessário ser importado, caso o armazenado não seja suficiente, e devendo também ter corrigida a sua fertilidade.
- 6.4. O solo vegetal removido durante o decapeamento da área deverá armazenado dentro da própria jazida, em local adequado, para que se mantenha ao máximo as suas propriedades e possa ser utilizado na recuperação ambiental da área minerada.

7. Quanto ao Abastecimento de Veículos:

- 7.1. Não deverão ser realizadas atividades de abastecimento, lubrificação e manutenção de veículos e maquinário na praça de extração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

1. Com Fulcro no Parágrafo Único do Art. 2º do DECRETO LEI nº 227/1967 (Código de Mineração), e Art. 1º da Portaria nº 23/2000 do MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA. **Área não requerida junto ao DNPM** – Departamento Nacional de Produção Mineral;
2. Esta **LO** é de caráter **PRECÁRIO**, só é válida para as condições contidas acima até o dia **31/12/2020**. Este documento perderá a validade caso os dados

Av. Jacob Wagner Sobrinho, nº 939 Fone-Fax: (54) 3360.3000 / 3360.3018– e-mail:

prefeitura@novaboavistas.com.br

www.novaboavistas.com.br



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

fornecidos pela requerente não corresponderem à realidade, e ou algum condicionante nela estabelecido for descumprido;

3. A presente Licença Ambiental não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, ou certidões de qualquer natureza exigida pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

OBSERVAÇÃO: Trata-se de 01 (uma) atividade classificada como de porte “**PEQUENO**” e de potencial poluidor “**MÉDIO**”.

Nova Boa Vista/RS, 21 de março de 2017.

Erno Klein
Secretario Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Ederson Simon
Fiscal Ambiental